

SÃO PAULO PARCERIAS

GABINETE DO PRESIDENTE

DECLARAÇÃO PÚBLICA DE BENS

Em cumprimento ao disposto no artigo 83, inciso V da Lei Orgânica do Município de São Paulo, artigos 8º e 9º do Decreto 59.432, de 13 de maio de 2020, na forma preconizada na portaria conjunta CGM-SG nº 01/2020 e normas complementares, dos dirigentes abaixo descritos:

Declarante: Guilherme Bueno de Camargo, RF: 729.332.1
Cargo: Diretor-Presidente
Início de mandato: 02/01/2023
Empresa: São Paulo Parcerias S. A.
Discriminação de bens
Imóveis: R\$ 2.000.000,00
Móveis e Semoventes: R\$ 180.000,00
Dinheiro, títulos, ações e aplicações financeiras: R\$ 2.500.000,00
Outros bens: R\$ 600.000,00
Bens e valores do cônjuge ou companheiro(a), filhos e demais dependentes econômicos: R\$ 100.000,00
Declarante: Rogério Ceron de Oliveira, RF: 755.919.4
Cargo: Diretor-Presidente
Término de mandato: 31/12/2022
Empresa: São Paulo Parcerias S. A.
Discriminação de bens
Imóveis: R\$ 950.000,00
Móveis e Semoventes: nada a declarar
Dinheiro, títulos, ações e aplicações financeiras: R\$ 70.000,00
Outros bens: nada a declarar
Bens e valores do cônjuge ou companheiro(a), filhos e demais dependentes econômicos: nada a declarar

EDITAIS

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

GABINETE DA SECRETÁRIA

COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- Reunião Ordinária – Híbrida
Data: 09/06/2022 Horário: 9h às 12h Local: Av. São João, 473, 5º andar – Auditório
Titulares e Suplentes da Sociedade Civil presentes na reunião:

José Evilásio de Jesus – Suplente – Instituto Social Educativo Cultural e de Transformação Solidária.

Maria Angelica Correia de Oliveira – Titular – Rede Butantã. Solange Cavalcante da Silva Redolfi – Titular – Fórum de Sustentabilidade do Butantã.

Dalva Maria de Oliveira – Suplente – Movimento Pelo Direito a Moradia – MDM

Regiane Câmara Nigro – Titular – Instituto Kairós.

José Raimundo Sousa Ribeiro Junior – Titular – Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo.

Givanildo de Jesus Santos – Titular – Associação Moradia do Arco Iris LGBT Brasil.

Diego dos Santos – Suplente – Associação Incubadora Social Gastromotiva.

André Luzzi de Campos – Titular – Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Rosângela de Oliveira Melo – Suplente - Associação do Bem Estar Social da Zona Norte.

Sheila Araújo Costa – Suplente – Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo – SINDSESP-SP.

Patrícia Vieira – Titular – Grupo de Pesquisa “Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional” – USP.

Fernanda Suemi Yonamine – Suplente – Coletivo Autonomia ZN.

Sérgio dos Santos Bocalini – Titular – Associação dos Controladores de Vetores e Pragas Urbanas – ABRAG.

Tania Maria Alba – Suplente – Associação União de Amigos do Jardim São Francisco e Rodolfo Pirani.

Francisco Luciano de Lima – Suplente – Associação da Comunidade do JD. Tiro ao Pombo.

Denise Meira Gonçalves Vilas Boas – Titular – Sesc São Paulo.

Rita Helena Bueno Pinheiro – Titular – Conselho Regional de Nutricionistas a 3ª Região – SP/MS.

Fabrizio Muriana Arêa Lima – Suplente - Instituto Regenera Titulares e Suplentes da Sociedade Civil e Poder Público ausentes na Reunião.

Anna Kaiser Mori, Titular do Instituto de Arquitetos do Brasil justificou ausência via e-mail.

Amanda Bianchi Leonardo Rodrigues, Suplente da Secretaria Municipal de Educação justificou ausência via e-mail.

Titulares e suplentes do poder público presentes na reunião Camila de Menezes Tavares – Titular – Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência.

Brigitte Baum – Suplente – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

Amanda Bianchi Leonardo Rodrigues – Suplente – Secretaria Municipal de Educação.

Karina Larissa Palma Reis – Suplente – Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN

Mônica Cordeiro Saré – Titular – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Sueli Aparecida Manesco – Titular – Secretaria Municipal da Saúde.

Maria Augusta Chaves – Suplente – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Pauta da Reunião Ordinária Comusan-SP do dia 09/06/22

Prezadas/os conselheiras/os,

Na qualidade de Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo - COMUSAN-SP, espero que todos estejam bem, junto de seus familiares.

Convoco a todas (os) as (os) Conselheiras (os) e seus Suplentes, bem como, convido todas (os) a participarem de Reunião Ordinária do pleno do COMUSAN-SP, a realizar-se em 09 de Junho de 2022, quinta-feira, das 9:00 às 12:00h, na modalidade Presencial e Virtual respeitando as medidas de isolamento social.

Pedimos ATENÇÃO para o fato de que uma das pautas prioritárias do dia 09/06 será a definição da composição das Comissões Permanentes e Regionais do COMUSAN, e o início de processo de planejamento, com indicação das atividades de curto prazo (até o final de 2022) que deveremos implementar. Conforme deliberado na reunião de extraordinária de 05/05/22, o encontro de planejamento deveria ser preferencialmente presencial e para tanto, solicitamos que todas/os procurem se organizar para cumprir o combinado e tornar nossa atividade bastante produtiva.

Considerando ainda a necessidade de respeitar as medidas sanitárias para controle da COVID19, inclusive as de distanciamento social, no caso de pessoas com maior vulnerabilidade, e reconhecendo as dificuldades de deslocamento de conselheiras/

os de regiões mais distantes, manteremos o formato híbrido da reunião.

PAUTA REUNIÃO ORDINÁRIA COMUSAN-SP 09/06/2022

Presencial: SMDet – Av. São João, 473 – 5º Andar sala 09 – Centro.

LINK DA REUNIÃO ONLINE Microsoft TEAMS –

https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTIxM2JkNDYmE5OC00YjlmLWJmYmUyYTMwY2FjNjMxMzYz%40thread.v?0?context=%7b%22tid%22%3a%22f398df9c-fd0c-4829-a003-c770a1c4a063%22%2c%22oid%22%3a%2286af4aff-116d-464b-83f0-2cd90ced15fa%22%7d

OBSERVAÇÃO: Não é necessário baixar o aplicativo. No momento de acessar o link surgem algumas caixas de seleção –

selecione a caixa: “Cancelar” e depois a: “Continuar nesse navegador”, a seguir, verifique a situação do seu áudio e câmera.

Solicitamos que mantenham seus microfones fechados enquanto não estiverem com a palavra, para facilitar a comunicação.

Horário: 9:00 – 12:00 h

9:00 – Abertura da reunião: acolhimento e apresentação dos participantes (favor colocar dados de identificação no chat também: nome e entidade que representa, se é conselheiro titular ou suplente) e preencher o link da lista de presença, disponibilizado no chat da reunião.

9:30 – Início da reunião com qualquer número de participantes

9:30 – 10:00 - Informes da executiva:

Apresentação do Calendário das Reuniões ordinárias do Ano de 2022, como pactuado na reunião de 28/04/2022

Relato da Reunião do Comitê Pop Rua por Patrícia Vieira, conselheira titular pelo grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde e SAN – FSP/USP, na Reunião do Comitê Pop Rua.

Devolutiva do Jurídico do Instituto Butantã sobre moção de apoio do Comusan ao Manifesto de Apoio ao Ponto de Economia Solidária.

Encaminhar Manifesto de Apoio ao Ponto de Economia Solidária a Subprefeitura do Butantã.

Solicitação da Comissão Executiva do COMUSAN de reunião com a Sra. Secretária Aline Cardoso com os seguintes objetivos: 1 - Solicitar a retomada da Revisão do Plano Municipal de Segurança Nutricional, bem como a definição de interlocução da COSAN para a Retomada desse processo. 2- Solicitar espaço na reunião da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional para apresentar o Plano de Trabalho do Comusan Gestão 2022-2024, 3 – Iniciar discussão sobre organização da 8ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, prevista para o ano de 2023, de acordo com a legislação vigente.

10:00 – 11:40 h - PONTOS DE PAUTA:

Relatos e análise da participação do COMUSAN no processo de construção do orçamento: identificação das propostas de SAN prioritizadas e organização dos próximos passos: definir “animadores” por região para estimular demais conselheiras/os a votarem em 5 propostas por subprefeitura e ativar suas redes e contatos para essa etapa que vai até 15/06/22.

Finalizar Leitura e Aprovação do Regimento Interno sobre artigos relativos a Comissões permanentes e regionais.

Observação: Para tornar a participação mais qualificada e facilitar a etapa de definição de componentes das comissões, sugerimos que façam a leitura dos artigos referentes a esse tema, bem como analisem a proposta que André Luzzi de Campos, conselheiro titular pelo Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e Chico, colaborador pela APGAM encaminharam no link a seguir:

https://docs.google.com/document/d/1yBbKj1d-phvjfHsId_FnkRB2nggtiJKUDDoQlqEX8/edit

Iniciar processo de planejamento do COMUSAN para o biênio 2022/24

11:40 -11:55 Informes de conselheiras/os

Informes de conselheiras mediante inscrição no chat ao longo da reunião com tempo de no máximo 3 minutos

11:55 – 12:00 – Encaminhamentos e avaliação

Contamos com a presença de todas e todos.

Atenciosamente,

Vera Villela

Presidente do COMUSAN-SP

Desenvolvimento da Reunião

9:30 – 10:00 - Informes da executiva:

A presidente do COMUSAN-SP, Sra. Vera Villela cumprimenta a todas e todos e informa que será realizada “chamada” de conselheiros/os para registrar presença, tendo em vista que não foi possível atualizar o link do registro de presença.

A seguir, lembra que o primeiro ponto nos informes da executiva é reforçar que na primeira reunião ordinária da atual gestão, em 24 de abril de 2022, foi pactuada a manutenção das nossas reuniões, todas as terças quintas feiras do mês, das 9 às 12h. Ficou definido também que, em caso de feriados, adiantaríamos a reunião para a segunda quinta feira, para não encavalarmos com a reunião do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS), que acontece na 4ª (quarta) quinta feira, e como temos conselheiras/os em comum, poderia atrapalhar a participação. E também permitir que nosso representante no CMDRSS possa estar nas duas sem problema.

Por isso, a reunião de junho já tinha ficado agendada para o dia 9 (nove).

Eu acho que faltou a gente encaminhar para vocês um documento com a agenda. Então, agora combinamos com o Aloísio, nosso secretário executivo, que será encaminhada para todas/os vocês, por e-mail, a agenda das reuniões. E a gente vai passar para vocês também a agenda das reuniões da Executiva, porque é uma semana antes, as vezes 8 dias antes, a equipe da executiva se reúne para organizar a pauta, fazer os encaminhamentos e essa reunião também é possível de participar.

Bom, então gente, lembrem que nossas reuniões são sempre as terças quintas feiras do mês, das nove às doze horas, só não faremos quando houver feriado. Constatamos que o único feriado do ano de 2022 que cairia na quinta feira seria o de Corpus Christi e, por isso fizemos na segunda. Aconteceu também em abril, quando adiamos para a quarta quinta-feira e percebemos a coincidência com a reunião do CMDRSS.

A presidente passa a palavra para a conselheira Patrícia Vieira, pois o próximo ponto é seu relato sobre a reunião do Comitê pop rua.

Patrícia inicia comentando que a reunião foi bem extensa e um pouco tensa. Percebeu que havia muitas questões a serem resolvidas, muitas demandas, principalmente na questão de moradia, e as ações que estão tendo no centro de São Paulo, em relação a população de rua e dos direitos humanos dessa população. As pautas de segurança alimentar e nutricional não foram abordadas, pois a gestão do Comitê Pop Rua explicou que não tem condições de trabalhar mais de um tema por mês.

Como a prioridade era o programa Reencontro, as pautas da Comissão de SAN ficaram para o mês de julho e aí, durante esse mês, poder pensar um projeto mais estruturado para discutir em julho. O compromisso foi de que entraríamos em contato. Nesse sentido, Patrícia questiona se entraram em contato com a presidente e informa que deixou também seu contato, mas que não recebeu um retorno por e-mail. Sugere então que se volte a contatar o Comitê Pop Rua.

Explica que algumas pessoas pontuaram que haveria necessidade de iniciar a discussão da Comissão de SAN antes, e que deveria se dar um jeito de fazer concomitante à Comissão do Programa Reencontro, porque a situação da alimentação da população de rua tem ficado bem complicada. Acabou não acontecendo por questão de recursos humanos. Em relação aos dados do atendimento do programa Cozinha Cidadã, lembra que encaminhou as informações para o COMUSAN-SP.

A presidente Vera informa que o COMUSAN-SP recebeu da Júlia, assessora da vereadora Erika Hilton, as mesmas in-

formações passadas pela Patrícia, mostrando que o número de marmitas está bem reduzido.

Patrícia confirma e reforça que a garantia de manutenção do Programa é até 14 de agosto de 2022. Existe a pretensão de ter continuidade, mas nada é garantido. Com relação ao Programa Bom Prato, no que diz respeito à gratuidade das refeições, não se tinha informação alguma. A orientação foi de que os dados precisariam ser solicitados à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). E aí o grupo fez uma cobrança quanto a tentar trazer na próxima reunião, como ponto de pauta.

Patrícia avalia que foi uma reunião com muitos encaminhamentos, e que não sabe como vão administrar todos esses assuntos na próxima. Sugere que conversemos com o Comitê Pop rua para tentar alinhar o encaminhamento dessa solicitação à SMADS, porque acredita que é muito fácil passar.

Vera comenta que deveria haver uma articulação entre as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e da Assistência e Desenvolvimento Social do município e estado. Durante a pandemia foi feita uma parceria entre essas secretarias que garantia um certo volume de refeições gratuitas para a população em situação de rua. Eram mais ou menos 5000 e depois foi caindo, ao longo do ano. Para acessar as refeições recebiam um cartão magnético, e ficou evidente no relatório apresentado como essa estratégia não garantia esse acesso, pela dificuldade de as pessoas em situação de rua manterem um cartão magnético.

Apesar disso, a proposta era a continuidade. Inclui em dezembro do ano passado (2021). Importante observar que o relatório apresentado se refere unicamente às refeições fornecidas pelo Programa Bom Prato. Não havia dados sobre as marmitas que eram distribuídas pelo Cozinha Cidadã.

Em 2021 o COMUSAN-SP apresentou uma proposta de transformar o Cozinha cidadã e o Cozinhando pela vida em políticas públicas permanentes, como forma de enfrentamento à fome dos grupos em alta vulnerabilidade social. Fizemos até uma minuta de decreto, com base nos editais dos dois Programas. Pelo que temos acompanhado, foi aprovado na Câmara um PL que propõe um Bom Prato Municipal. Então, talvez por aí a gente possa tentar contribuir na construção desse programa. Porque, de alguma forma, ele pode atender em parte. O único problema do Programa Bom Prato, na versão estadual é que ele tem uma cobrança.

A proposta era que a alimentação seria oferecida de forma gratuita, na mesma linha daquelas oferecidas nos chamados núcleos de convivência para população em situação de rua. Mas, importante ressaltar que não dá conta do número de pessoas. E aí a gente também sabe que precisaria ter um levantamento adequado das necessidades, porque a gente acaba tendo uma concentração da oferta dessas marmitas em alguns pontos, onde várias organizações oferecem. Enquanto que em outros espaços, mais na periferia, tanto as pessoas em situação de rua, como as comunidades vulneráveis têm menos acesso.

Muito obrigada Patrícia pela sua disponibilidade em participar da reunião e trazer o relato para nós.

Vamos abrir a palavra para quem pediu. Por favor, podem abrir seus microfones. Angélica levantou a mão, mas está sem áudio, por isso reproduzo aqui seu pedido. Sugere que usemos o fone de ouvido porque melhora o som. Quando usamos o áudio do computador, sem a intermediação do fone, nossa voz fica abafada.

Quanto ao segundo item dos informes, gostaria de dar um retorno a vocês com relação à nossa Moção de apoio à continuidade do Ponto de Economia Solidária do Butantã, que encaminhamos, entre outros setores, para o próprio Instituto Butantã. A qual foi prontamente respondida pelo assessor Jurídico do Instituto, que está acompanhando o processo. Ele sugeriu que a gente também encaminhasse a nossa manifestação junto à subprefeitura do Butantã, o que já foi feito na segunda feira, dia 06/06/22

Informo que toda segunda feira de manhã fazemos uma reunião administrativa, na qual tentamos encaminhar os documentos que definimos como necessários na nossa reunião ordinária. Ainda temos coisas atrasadas, mas vamos nos organizando.

Acredito que a nossa manifestação teve uma repercussão importante, porque ele prontamente respondeu. Então eu acho que a gente tem que começar a perceber que esse é um papel que a gente tem que cumprir, mostrando a importância de alguns equipamentos para a garantia do direito humano a alimentação e nutrição adequadas.

O próximo informe está relacionado à iniciativa da Comissão Executiva de encaminhar Ofício à secretária Aline Cardoso, solicitando a retomada da revisão do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a definição de uma interlocução da Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional para a retomada desse processo. Solicitar espaço na reunião da Câmara Inter Secretarial de Segurança Alimentar e Nutricional para apresentar o nosso plano de trabalho, que pretendemos começar a desenvolver hoje e também iniciar uma discussão sobre a organização da oitava Conferência Municipal, prevista para o ano de 2023, de acordo com nosso decreto.

Encerramos informes da executiva e abrimos para informes de conselheiras/os. Respeitando a ordem de inscrição passo a palavra para a conselheira Bia Sinelli que solicitou compartilhar informe sobre um projeto envolvendo o que pode nos ajudar a construir o nosso Observatório de SAN de São Paulo.

A conselheira Beatriz Sinelli, conselheira titular da Associação Brasileira de Gestores Ambientais toma a palavra e nos explica que está num projeto em parceria com algumas escolas. O instrumento do projeto é um livreto educativo chamado Detectives da Comida: O que Comemos e Por que comemos?

Trata-se de um material para ensino básico, trazendo um pouco da associação entre a saúde humana e a saúde do planeta, partindo da alimentação. E coloca a seguinte questão: “Porque eu acho que esse material pode ser interessante”

Porque além das atividades que os alunos vão fazer em sala de aula, os textos elaborados a partir da classificação nova dos alimentos, proposta pelo Guia Alimentar para a população brasileira, vão apresentar conceitos de segurança alimentar, soberania alimentar. Além da leitura dos textos, entrevista com vizinhos ou familiares, usando o protocolo do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional -SISVAN. Algumas das questões do protocolo estão relacionadas a: hábitos alimentares como: costume de realizar as refeições, quais refeições, quais categorias de alimentos foram consumidos. Num primeiro momento, para fins didáticos, as entrevistas serão discutidas e sistematizadas a partir das habilidades construídas em várias disciplinas, em sala de aula. Mas, o grupo de trabalho acredita que isso também pode servir como uma espécie de monitoramento na cidade. Então, se eles coletarem esses dados, sintetizarem, anotando o bairro do entrevistado, poder-se-ia ter um primeiro mapeamento, pra identificar, algumas regiões mais vulneráveis.

A ideia do grupo de pesquisa, inclusive, depois que fizerem toda essa atividade, reunir os alunos para apresentarem os resultados para o COMUSAN, o que eles descobriram. Por isso pensamos que poderia integrar o Observatório de SAN, como uma forma fácil de fazer essa coleta de dados. Dentro do Projeto, alunos têm uma etapa de formação em ciência cidadã, isto é, eles irão aprender a como fazer coleta como cientista.

A conselheira e presidente Vera coloca que é uma proposta muito interessante, que vem ao encontro do que já conversamos há algum tempo que é de construir um diagnóstico participativo. Inclusive por meio da atuação das comissões regionais, que a gente está tentando fortalecer e esse tipo de proposta poderia ser uma estratégia de funcionamento. Eu só queria entender assim esse projeto, está ligado a alguma delegacia regional de ensino aqui do município, ou ele é exclusivo de um de uma escola? Como é que o isso. Conta um pouco.

Bia retoma a palavra explicando que o projeto não está ligado às diretorias de educação. A gente está em contato com algumas escolas individualmente que estão interessadas. E vamos oferecer em junho um curso de formação para professores de escola pública, para saber aplicar esse material.

Os temas abordados serão saúde planetária, de segurança alimentar, de ciência cidadã. E aí os professores interessados vão poder aplicar isso nas escolas mesmo. Então a gente não tem parceria direta com diretoria de ensino. A ideia é que, nesse primeiro momento, seja mais um teste mesmo, pra ver se o material está bom.

Inclusive na própria etapa de formação de professores, eles vão opinar sobre o material. E vamos fazer as modificações, de acordo com o que eles trouxeram.

A presidente Vera considera muito interessante e propõe à conselheira Bia que quando o COMUSAN-SP for construir a proposta do Observatório de SAN mais estruturada, de ter esse projeto como uma das atividades, e poder construir isso em parceria, mesmo com a própria Secretaria de Educação, já que a gente tem conselheiros representantes da secretaria. E, além disso poderemos envolver instituições de ensino técnico e superior, considerando as escolas técnicas que têm curso de técnico em nutrição e também os cursos de graduação, não só de nutrição, mas de gestão pública. Poderíamos incluir um número maior de pessoas e os próprios participantes da entrevista como sujeitos, que é um pouco o que o Betinho propunha: a própria comunidade conhecer a sua realidade para construir de forma conjunta as estratégias e políticas que levem à mudança do cenário desigual. Seria interessante que você pudesse se incluir no grupo de trabalho para discutir o observatório de SAN, para pensar nessa forma de olhar e de participação da sociedade na construção do diagnóstico, que deve ser também qualitativo, pois dá uma outra luz para as questões.

Beatriz afirma seu interesse em participar do Observatório, colocando-se à disposição.

Vera elogia e agradece o compartilhamento da proposta e do material e abre para que a conselheira Camila, de SMDet faça a gentileza de ler os comentários do chat do aplicativo TEAMS.

A conselheira Solange Redolfi pergunta se é trabalho de mestrado, e a conselheira Sheila Araújo se é possível compartilhar.

Bia esclarece que não é projeto de mestrado, mas que tem articulação e parceria com grupos de pesquisa vinculados à instituições de ensino superior, entre eles o Grupo de Estudos em Saúde Planetária, do Instituto de Estudos Avançados da USP. Foi uma integrante desses grupos que fez a submissão do curso de Formação de professores para implementação do Projeto Detectives da Comida, e que também faz parte do grupo Sustentaria (?). Essa articulação foi importante para construir o material, que não está finalizado, por isso ainda não é possível

Patrícia pergunta se vimos o curso oferecido pelo Joio e Trigo: Saúde e Alimentação saudável, focada em educadores. Pode trazer ideias e dinâmicas boas.

Vera passa mais informações sobre o curso explicando que aconteceram mais de 1000 inscrições, quando tinham previsão de 250 vagas. Como não querem negar a possibilidade de participação, estão se reestruturando para tentar dar conta de todas/os interessadas/os. Ficou claro que existe o interesse grande do trabalhador da área da educação nesse tipo de tema. Temos que realmente incentivar e nos aproximarmos, como o COMUSAN-SP vem fazendo ao longo dos anos, ao pessoal da Comissão Gestora de Inserção de Orgânicos na Alimentação Escolar e com o Conselho de Alimentação Escolar, desenvolvendo vários projetos conjuntos. Inclusive durante a pandemia implementamos projeto justamente para facilitar aos professores e a comunidade escolar, o acesso ao conhecimento, a oportunidade de dar todas as possibilidades que a questão da alimentação e da sua articulação com as questões ambientais permite.

O conselheiro Fabrício fala sobre a necessidade de construir uma agenda de eventos.

E Vera reforça o que Fabrício traz e lembra que podemos fazer planejamento de uma agenda, organizando a atividade de formação COMUSAN Conecta. Facilita a organização de todas/os para garantir a participação e trazer mais pessoas, porque ela não é só para os conselheiros e conselheiras, mas para a sociedade como um todo, como fazíamos com o Comitê de crise da COVID-19.

Dando continuidade ao desenvolvimento da reunião, a presidente Vera indica que entraremos nos pontos de pauta previstos.

1 - Relatos e análise da participação do COMUSAN no processo de construção do orçamento: identificação das propostas de SAN prioritizadas e organização dos próximos passos: definir “animadores” por região para estimular demais conselheiras/os e também as outras redes, nas quais os nossos conselheiros e conselheiras participam, a votarem em cinco propostas por subprefeitura e ativar suas redes e contatos para essa etapa que vai até 15/06/22.

A presidente Vera Villela lembra que a conselheira Bia Sinelli, mesmo estando de repouso com COVID, acabou fazendo para a gente o levantamento das propostas que foram prioritizadas. Nós tivemos propostas prioritizadas em 27 das 32 subprefeituras. Acho que podemos considerar que, desde 2017, quando tivemos uma atuação muito efetiva e conseguimos incluir uma meta de SAN, no programa de metas, este foi um ano em que avançamos bastante. Embora a participação de conselheiras/os durante as etapas não tenha sido tão grande, em termos de volume e representatividade.

Deve-se destacar que alguns dos nossos conselheiros e conselheiras tiveram, ao longo desses anos, uma articulação com os outros conselhos do território, como os conselhos participativos municipais (CPM), os Conselhos de Meio Ambiente (CADES), e mesmo com as organizações que, de alguma maneira, também participaram desse processo. Eu acho que vai se efetivando, vai se colocando ao poder público a necessidade de o município ter dotação orçamentária para as políticas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Antes de 2017 a Segurança Alimentar e Nutricional não era uma área que constava nem do orçamento do programa, nem do orçamento e nem do programa de metas. Então, a partir daí, eu acho que é importante a gente começar a constatar aquilo que vamos conseguindo conquistar, quando temos uma atuação mais organizada e mais efetiva como conselho, embora precisemos nos organizar muito mais.

De toda forma, vai ficando mais evidente para várias secretarias o fato de que elas têm compromissos com a Política e o Plano Municipal de SAN, e que é importante que isso aconteça de uma forma mais articulada, por meio da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional, a CAISAN.

Temos que dar os parabéns para todas e todos que se disponibilizaram a estar presentes e participando.

Aloísio, secretário executivo do COMUSAN comenta que entrou na plataforma Participe + e votou em 5 propostas de SAN, de diferentes Subprefeituras, e lembrou que só podemos votar em 5 propostas no total.

Eu entrei na plataforma participa mais e votei em 5 propostas, mas não da mesma Subprefeitura. Lembrando que só podemos votar em 5 propostas no total.

Vera reforça a colocação de Aloísio pedindo que conselheiras/os verifiquem as propostas inseridas, conversem com suas redes e se organizem para definir as propostas prioritárias de forma coletiva. Comenta também que vai retomar com Fabiana Sanches, nossa colaboradora pelo Banqueteação, a possibilidade de fazer “cards” de divulgação, como foi na primeira etapa, quando ela tomou a iniciativa de fazer a divulgação e ficou muito bacana. Seria bom poder espalhar novamente nas nossas redes, seja no Wathzap, Facebook, Instagram. E indica a

necessidade de fazer uma discussão mais estrutura sobre a Comunicação, que será facilitada quando a Comissão Permanente correspondente estiver constituída.

A conselheira Rita Helena Bueno Pinheiro pede a palavra para destacar que seria muito importante trabalhar em conjunto a priorização das propostas de SAN por território de forma a garantir que fossem selecionadas para a próxima etapa. Fica preocupada de pulverizar muito e não termos sucesso.

Com base nessa reflexão Vera retoma a pertinência de nossas/os conselheiras/os fazerem esse papel aglutinador no território, conversando entre si e com seus parceiros. Lembra que temos entre 7 a 8 organizações conselheiras por região para fazer essa ação de sensibilização em relação à SAN, que é uma das atribuições de conselheiras/os.

Algumas mãos se levantam pedindo participação na discussão e a primeira da fila é a conselheira Angélica, do Butantã, que pede para falar das propostas do Orçamento. Faz uma análise sobre a importância de sair do “nosso quintal” e pensar a macrorregião em que se vive como um todo, bem como as prioridades para o município: “Então, é muito importante que cada um de nós, conselheiras e conselheiros, detectemos essas propostas e, além de votar nas nossas cinco propostas, procurar envolver e engajar na nossa associação, no nosso movimento, na nossa região, os nossos conhecidos para votar nessas propostas, o que é importante para assegurar minimamente e pontuar. Temos que fazer a luta e aí não é só uma região, seja sul, leste, oeste, norte. Então era isso que eu queria fazer. Obrigada.”

Vera reforça as colocações de Angélica e explica que ainda temos vários passos. Após essa etapa de votação de todos municípios, em que serão priorizadas 15 propostas por subprefeitura, ainda acontecerá a fase de votação dos conselheiros participativos, que afunila um pouco mais, definindo 5 propostas por Subprefeitura. A partir daí o governo estabelece a peça orçamentária, que é entregue na câmara e acontecem as audiências temáticas, onde ainda poderemos levar as questões mais amplas da educação, do meio ambiente, da saúde, das subprefeituras, enfim, de todas as áreas que compõe o nosso plano. E a gente ainda consegue, às vezes, inserir questões por meio dessa atuação junto aos parlamentares. Então, ainda não acabou. Ainda, temos vários passos.

Angélica conclama o grupo: “Chamem seus familiares, seus amigos, seus grupos para votar nas propostas que a gente defende. Além de SAN, veja a proposta prioritária, que seja essencial para sua região. Dialoguem. Então é importante votar nessas propostas que apontou para a cidade, mas também não perder a oportunidade de se articular com os conselheiros gestores e seja de Unidade Básica, de CEU de escolas pra começar a conhecer esse processo, para de fato se tornar efetivo na cidade.”

A presidente Vera encerra a discussão do orçamento, passando para o próximo ponto de pauta:

Leitura e aprovação do regimento interno: sobre os artigos relativos a comissões permanentes e regionais, e as disposições finais. O conselheiro André Luzzi e o colaborador Chico passaram para todas/os, no grupo de Whatsapp um google docs. onde podíamos inserir nossas sugestões.

A estratégia sugerida foi a de ler os artigos do regimento anterior e do decreto do COMUSAN-SP e ir comparando com a sugestão de redação. A conselheira Camila, de SMDET apoia o registro e organização do texto. Retomamos a partir da Seção VII, que já tinha sido lida e comentada, relativa à secretaria executiva e passamos à Seção das Comissões e grupos de trabalho.

A partir das sugestões de inserção feitas por André e Chico discutiu-se a melhor forma de redação da Seção VII, relativa às Comissões Regionais e Observatório de SAN, e chegou-se a um produto que foi considerado o que melhor exprimita o que se pretendia dessas formas de organização e atuação do COMUSAN-SP. Com base no Decreto 55.867 de 2015, que organiza a nossa adesão ao Sistema Nacional de SAN e que cria os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no nível municipal. Participaram ativamente da discussão para construção dessa seção a conselheira Solange Redolfi e o colaborador Radomir Tomich. Esse produto pode ser conferido abaixo:

Seção VII
Das Comissões e Grupos de Trabalho
Cada conselheiro titular e suplente deverá fazer parte de, pelo menos, uma comissão permanente e/ou regional.

OBS Verificar
Parágrafo único – As reuniões das Comissões e Grupos de Trabalho serão realizadas, preferencialmente na sala indicada pela administração pública destinada para uso do COMUSAN-SP, ou em espaços escolhidos em comum acordo, pelos seus componentes.

I - COMISSÕES REGIONAIS
Artigo 30º Considerando o Decreto nº 55.867/15º, o COMUSAN-SP é constituído por 5 Comissões Regionais, que deverão realizar suas ações em consonância com as diretrizes da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e têm como atribuições:

* Garantir a descentralização das discussões e ações em segurança alimentar e nutricional, observadas as demandas locais;

* Acompanhar a implementação das proposituras emanadas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para a região

* Contribuir para a realização das conferências locais de segurança alimentar e nutricional em colaboração com a respectiva Subprefeitura, de acordo com as diretrizes da Comissão Organizadora prevista no inciso II do artigo 2º deste decreto e do COMUSAN-SP;

* Apreciar as políticas e programas de interesse para as áreas que envolvam ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional, no âmbito de sua abrangência regional;

* Discutir assuntos e demandas locais referentes à segurança alimentar e nutricional;

* Realizar estudos e levantamentos da situação da segurança alimentar e nutricional em nível local, em articulação com os conselheiros do COMUSAN-SP;

* Mobilizar e fomentar a participação social em escala local;

* Construir seus planos de ação regional;

* Elaborar seu regimento interno, respeitada a legislação vigente.

Parágrafo único: Para a consecução dos seus objetivos, as Comissões Regionais buscarão permanente articulação com as Subprefeituras de cada região abrangida, de forma a garantir a articulação, planejamento, e execução das ações juntamente com os demais conselheiros da comissão.

com a finalidade de garantir a descentralização das discussões e ações em segurança alimentar e nutricional, a proposição de ações e programas voltados à realidade local, bem como para o acompanhamento das proposituras emanadas das pré-conferências regionais e da Conferência Municipal de SAN (CMSAN), a partir das diretrizes do PLAMSAN.

Artigo 31º As comissões regionais abrangem os diferentes distritos, em ao menos 05 (cinco) macrorregiões, a saber:

Centro: Subprefeitura da Sé.
Leste: Subprefeituras de Aricanduva/Formosa/Carrão, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Itaquera, Itaim Paulista, Mooca, Penha, São Mateus, São Miguel Paulista, Vila Prudente; Sappemba.
Oeste: Butantã, Lapa, Pinheiros.

Norte: Casa Verde/Cacheirinha, Freguesia do Ó/Brasilândia, Jaçanã/Tremembé, Perus/Anhanguera, Pirituba/Jaraguá, Santana/Tucuruvi, Vila Maria/Vila Guilherme.

Sul: Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, Jabaquara, Ipiranga, M'Boi Mirim, Parelheiros, Santo Amaro e Vila Mariana.

Parágrafo único: A criação de outras comissões regionais deverá ser analisada e aprovada pelo pleno do Comusan a partir de estudo de viabilidade.

Cabe aos conselheiros titulares e suplentes articular a mobilização das Comissões Regionais de SAN nas pautas regionais e no acompanhamento das decisões do Conselho por meio de materiais informativos, realização de encontros, formações, seminários, bem como a participação em redes sociais.

Artigo 32º Cada comissão regional será composta por conselheiras/os titulares e/ou suplentes, da sociedade civil e poder público, que desenvolvam suas atividades nas regiões indicadas, gestores públicos representantes das Subprefeituras, municípios e/ou cidadãs/ãos envolvidos/os e/ou interessadas/os na discussão, construção e implementação de ações relacionadas à promoção do direito humano à alimentação e nutrição adequadas.

Artigo 33º Cada comissão regional será facilitada por 02 (dois) conselheiras/os, titular ou suplente, indicadas(os) pelos componentes da comissão e referendados pelo pleno.

Parágrafo único: São atribuições das(os) facilitadoras(es):

a. Organizar e facilitar as reuniões, seminários e outros eventos, com apoio da Comissão Executiva e da Secretaria Executiva do COMUSAN-SP;

b. Contribuir para ampla divulgação das atividades das comissões regionais;

c. Compartilhar com o conjunto do pleno informações, demandas locais e ações desenvolvidas pelas comissões regionais;

d. Animar a mobilização local em temas relacionados à promoção do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas, e à segurança alimentar e nutricional;

e. Manter cadastro de contatos das organizações, movimentos sociais e órgãos públicos que participam das iniciativas das comissões regionais.

Artigo 34º As reuniões e atividades das comissões regionais são públicas e gratuitas, observando em sua organização processos participativos e critérios inclusivos.

As Comissões Regionais deverão ter um regimento, organização regional (como serão definidas) e como será a articulação das Comissões Regionais com as Comissões Permanentes e com o Pleno.

Redigidos os artigos referentes às Comissões Regionais foram levantadas algumas dúvidas e recuperado histórico de funcionamento das Comissões Regionais pela conselheira Dalva: “Então, eu quero perguntar, criando essas comissões regionais, onde havia um trabalho já de SAN e foi interrompido, com essa retornada das comissões regionais, há possibilidade de voltar?”

Vera responde que vai depender de como as comissões irão se articular, cabe a quem está no território fazer conversas e articular.

Dalva explica que pergunta isso porque desde que entrou para ser conselheira, já conhecia a segurança alimentar através do trabalho da menina da subprefeitura de M. Boi. Porque ela sempre se disponibilizou a colaborar. Segundo Dalva: “Teve uma época que ela tentou entrar no conselho, não conseguiu e não sei por que é que nunca mais ela tentou, porque ela tem muita coisa em relação, tem muito conhecimento. E eu, particularmente, eu sinto muita falta desse trabalho aqui na Subprefeitura M Boi, porque tinha muitas associações participantes, por ser aqui na região mais perto”

O conselheiro André Luzzi complementa o que a Dalva falou afirmando que é muito pertinente que é isso que estamos buscando. As comissões regionais consolidam a forma de atuar nas regiões. Espera-se que essas práticas, que já tínhamos feito ocasionalmente no passado, possam agora ser fortalecidas nessa região sul, incluindo até com a extensão do Jabaquara, que foi um dos polos que a gente fez mapeamentos falados, identificação de feiras livres por interesses locais dos grupos da região. Essa ideia que a gente quer explorar é o que a Bia trouxe agora há pouco: a ideia de mapeamentos de entornos alimentares, identificação de metodologias inovadoras. As comissões regionais têm essa possibilidade de pulsão de nossas ações nos territórios. Então, acho que é um grande avanço. Se a gente conseguir normatizar isso no regimento.

Dalva comenta que fica muito feliz, porque a gente vê como que era. A importância que isso tinha, na época.

Vera reforça as colocações da Dalva dizendo ter sido muito bacana ela trazer esse histórico e que a tentativa é a gente fazer a retomada disso.

O conselheiro Gilson faz uma contribuição para melhorar a redação.

O conselheiro Pai Jair comenta que antigamente tinha participação de funcionários da Subprefeitura e que com a criação das comissões regionais, poderíamos mandar convite para que voltassem a participar. Lembra também que existia um cargo de agente de segurança alimentar nas subprefeituras, que nunca foi ocupado por alguém que participasse do COMUSAN. Relembrou-se que esse cargo foi criado porque o COMUSAN-SP chegou a ficar vinculado às subprefeituras entre 2005 a 2008, quando foram criadas as Comissões Regionais.

Na sequência, a presidente Vera coloca em votação o item das Comissões regionais e explica que, se alguém tiver alguma dúvida ou sugestão, deve levantar agora. Colocando em votação seguindo a praxe: quem discorda ou se abstém deve se manifestar e quem concorda se mantém em silêncio.

Dado o tempo para manifestações, que não ocorreram, a seção VII, das Comissões Regionais é aprovada por consenso.

Nesse momento, a presidente Vera propõe repactuar a discussão dos pontos de pauta. A previsão era de que as 10h40 iniciaríamos nosso planejamento, mas já se chegou às 11h 15 e ainda temos que fechar o regimento, discutindo a parte das comissões permanentes, grupos de trabalhos e disposições finais. Projeta que levaríamos mais ou menos uns dez minutos neste tópico. E, na verdade, começariamos um processo de planejamento por volta de umas 11h30, mais ou menos, o que tornaria inviável essa atividade. Pondera que talvez tenhamos que marcar uma reunião extraordinária, só para o nosso planejamento.

Nesse sentido, a presidente Vera propõe para votação o agendamento de reunião extraordinária para dia 30/06, das 9:00 às 12:00 hs, preferencialmente presencial, para discutir o planejamento. A proposta é aprovada por unanimidade.

Dando continuidade, o pleno passa a analisar os artigos referentes às Comissões Permanentes, que ficam estruturados como segue:

II - COMISSÕES PERMANENTES

Artigo 35º Ficam constituídas no âmbito do COMUSAN-SP Comissões Permanentes a partir do PLAMSAN, para acompanhar, analisar, monitorar e propor ações voltadas aos seguintes temas:

a) Ações de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional; I. I. Produção e abastecimento

II. II. Publicidade, educação alimentar e consumo

b) Sustentabilidade e Recursos Naturais

c) População em Situação de Rua, População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas, Migrantes, Refugiados, LGBTQIA+ em relação à SAN.

d) Relações Institucionais, Educação Permanente e Comunicação;

§ 1º: Cada conselheiro titular e suplente deverá fazer parte de, pelo menos, uma comissão permanente;

§ 1º: Cada comissão elegerá um Coordenador e um relator dos trabalhos, podendo convidar técnicos ou especialistas quando considerar necessário para apoio a determinada demanda e apresentar o plano de trabalho para acompanhamento pelo pleno.

§ 2º: O Coordenador, com o apoio da Secretaria Executiva, promoverá as condições necessárias para que a Comissão atinja a sua finalidade, incluindo a articulação com os órgãos e entidades geradores de estudos, propostas, normas e tecnologias;

§ 3º: O Coordenador apresentará, periodicamente, o resultado dos trabalhos da Comissão Permanente para a apreciação e encaminhamento pelo Pleno.

A presidente Vera relembra que, na sexta gestão, o COMUSAN-SP era composto por seis comissões permanentes. Ao rever o regimento, a sétima gestão considerou que era um volume muito grande e os conselheiros não conseguiam se dividir e participar efetivamente. Por esse motivo, optou-se por reduzir para quatro comissões. Consulta o grupo sobre a manutenção dessa forma de organização e explica que cada conselheiro titular e suplente deverá fazer parte de pelo menos 1 (uma) comissão permanente. Destaca como é interessante que tanto as Comissões Regionais, como as Permanentes possam contar com pessoas que não são necessariamente conselheiras ou conselheiros. Por exemplo, tem um estudioso da geografia da USP que gostaríamos de trazer para contribuir na discussão de uma questão ou no desenvolvimento de uma ação. Ou trazer alguém da área de comunicação, que tem se revelado como prioridade.

Importante lembrar que somos quase 80 conselheiras/os, tanto da sociedade civil, como do poder público e precisamos nos comprometer com nosso papel.

Analisados e acertados todos os pontos, a presidente do COMUSAN-SP coloca em votação o tópico das Comissões Permanentes. Seguindo a praxe: quem discorda ou se abstém deve se manifestar e quem concorda se mantém em silêncio.

Dado o tempo para manifestações, que não ocorreram, a seção das Comissões Permanentes é aprovada.

Entram em discussão o item dos Grupos de Trabalho, que tem alterada a localização das estratégias de reunião na redação, que ficou como se encontra no texto a seguir:

III - GRUPOS DE TRABALHO

Artigo 36º: Os Grupos de Trabalho possuem caráter transitório e são formados para a execução de tarefas específicas, sendo desfeitos após a conclusão de seus trabalhos.

§1º Estes grupos serão constituídos a partir de demanda do Pleno.

§ 2º O Grupo de Trabalho será composto por Conselheiros Titulares e Suplentes, podendo ser convidados técnicos e especialistas para compor o grupo a critério deste;

§3º Ficará a cargo do Grupo de Trabalho eleger um Coordenador e um relator dos trabalhos.

§4º Cada Grupo de Trabalho deverá apresentar um cronograma de ações, encaminhamentos e o resultado dos trabalhos realizados para apreciação e aprovação do Pleno.

§5º O Coordenador, com o apoio da Secretaria Executiva, promoverá as condições necessárias para que o Grupo de Trabalho atinja a sua finalidade, incluindo a articulação com os órgãos e entidades geradores de estudos, propostas, normas e tecnologias.

Um dos itens do funcionamento das comissões de maneira geral é a destinação de espaço e suporte administrativo adequado por parte do poder público e aí se coloca o fato do COMUSAN-SP não ter uma sala própria, que poderia até ser dividida com o Conselho Rural e demais conselhos que a SMDET abriga em sua estrutura administrativa.

Coloca-se em votação o tópico dos Grupos de Trabalho no mesmo padrão dos demais. A presidente informa que o tema entra em votação, quem discorda ou se abstém deve se manifestar e quem concorda se mantém em silêncio.

Dado o tempo para manifestações, que não ocorreram, o tópico dos Grupos de Trabalho é aprovado.

A presidente Vera questiona o pleno quanto à necessidade de encaminhamento de mais algum ponto do regimento e o conselheiro André lembra que é necessário discutir o Observatório de SAN, que compõe a estrutura do COMUSAN-SP.

André sugere que incluamos como um capítulo sexto, antes das disposições gerais. Argumenta que o OBSERVASAN é igual, parecido com a comissão regional, porque ele é também fluido, dinâmico. Não é um momento, é estante e não é um espaço de deliberação. Ele tem mais a função acessória. Ele tem a ideia de produzir subsídios para ações do Pleno, dados e informações, produzir painel.

A presidente Vera propõe que deixemos a redação e votação do OBSERVASAN para a próxima reunião, mas o conselheiro André argumenta que já incluiu no texto o que discutimos sobre observatório e só faltaria acrescentar quem poderia participar, copiando das comissões regionais, que fala quem pode fazer parte. Aí a gente consegue fechar a redação, hoje é o regimento fica aprovado.

Nessa linha, define-se a redação final da sessão sobre OBSERVASAN e coloca-se em votação, como de costume, ficando aprovado o texto que segue.

IV – OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Artigo 37º O Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional tem como atribuições:

Estimular e produzir estudos e pesquisas sobre a situação do DHANA (Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas) e segurança alimentar e nutricional no município,

Adotar e divulgar regularmente um Painel de SAN,

Identificar práticas e metodologias inovadoras para promoção do DHANA e políticas de SAN.

Artigo 38º O Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional será composto por conselheiras/os titulares e/ou suplentes, da sociedade civil e poder público, gestores públicos, representantes de instituições de ensino e pesquisa, organismos internacionais, entidades representativas dos trabalhadores, municípios e/ou cidadãs/ãos envolvidos/os e/ou interessadas/os na discussão, construção e implementação de ações relacionadas à promoção do direito humano à alimentação e nutrição adequadas, entre outros.

Acolhendo a ponderação do conselheiro André a reunião avança para a análise das disposições gerais/finais do regimento interno.

A presidente Vera propõe incluir nesse tópico a questão das pessoas que poderão participar das reuniões do COMUSAN-SP, indicação que aparece no decreto, mas não no regimento. E sempre surgem dúvidas sobre esse tema. Após algumas discussões, com as contribuições das conselheiras Solange e Rita define-se pela inclusão da temática dos participantes nas reuniões nas disposições preliminares, conforme texto abaixo:

Poderão participar das reuniões do COMUSAN-SP representantes de outros órgãos ou entidades públicas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como pessoas que representem a sociedade civil, cuja participação esteja de acordo com a pauta da reunião, reservando-se espaço para apresentação de outras demandas relativas à segurança alimentar e nutricional.

Para finalizar o ponto de pauta relativo regimento interno do COMUSAN-SP, faz-se a leitura dos artigos das disposições gerais e faz-se algumas inclusões no que diz respeito às responsabilidades do poder público, em especial da SMDET quanto à definição de espaço para a realização das atividades do COMUSAN-SP, bem como do suporte administrativo, técnico e tecnológico para tal. Comenta-se que esse espaço pode até ser no CRESAN da Vila Maria.

A conselheira Angélica pede a palavra para comentar sobre esses últimos tópicos: a infraestrutura da secretaria para as

atividades do conselho, inclusive a disponibilização de verba para manutenção. Ela salienta que não se trata de um “pedido”, mas que está disposto nas leis municipais que garantem o suporte do poder público para os conselhos e aí principalmente seja Conselho de Saúde, Conselho Municipal de Assistência, do Conselho ou como os tem que entrar nesse arcabouço. Sem sombra de dúvidas não dá pra gente ficar assim. Temos discutido isso desde a conferência de SAN, em 2019. Essa questão apareceu nas regiões, quando as pessoas constataram que eram os conselheiros que estavam provendo a maior parte das condições para a realização das pré-conferências. Mas, é uma condição que a gente tem que insistir de que ter sim, estrutura financeira e manutenção para o funcionamento, pleno funcionamento do conselho. Não é favor. Lembrando que também foi solicitada por ela as verbas orçamentárias para o Cresan da Vila Maria, e Butantã. Mas aí a infraestrutura de funcionamento do Conselho Municipal precisa, sim, ter um apontamento de verba. Outros conselhos têm, porque o Comusan não tem? Destaca a preocupação da conselheira e presidente Vera em trazer sempre um cafezinho e alimentos para um lanche, considerando o tempo de duração da reunião e de deslocamento para chegada e retorno de conselheiras/os. Isso é um primor de gente. Mas a gente tem que pensar que, ao longo da nossa gestão, algumas coisas o poder público tem que garantir sem brigar.

Antes de colocarmos em votação as disposições gerais a conselheira Solange pede a palavra para uma sugestão. Lembra que, nesse momento de pandemia, o que a gente presenciou e está vivendo ainda é a questão do suporte, dessa questão da internet, dessa questão das reuniões virtuais: “Eu não sei se caberia aí simplesmente somente ressaltar que é essa necessidade, porque a gente está percebendo que também faz parte da gente ter essa infraestrutura de mídia, de internet por perto, como o que ele já vem dando para a gente que está sendo possível as nossas vidas. Mas acho que talvez só reforçar, o que vocês acham?”

As conselheiras Angélica e Rita reforçam as ponderações de Solange.

O colaborador Radomir Tomich pergunta sobre o Fundo de Combate a fome. Vera esclarece que é um projeto de lei, que foi aprovado e regulamentado pela Câmara Municipal, bancado pelos parlamentares que compõem o Observatório da Fome, mas com aprovação de todas/os vereadores e aguarda inserção no orçamento. Ela é uma das políticas de segurança alimentar e nutricional. Então cabe a gente, acompanhar, como está em todo o Regimento.

Tanto a gente definir um acompanhamento mais próximo. Como a comissão que é de ações e políticas de San se organizar para assumir o acompanhamento de algumas ações políticas que a gente considera prioritárias. Esse é um dos pontos que a gente vai ter que definir no nosso planejamento. A partir do que a gente indicar como prioritário, as comissões regionais e as comissões permanentes vão se organizar para acompanhar, para fazer a visita técnica nos equipamentos de SAN.

A conselheira Rita traz a necessidade de conselheiras/os já fazerem a escolha das comissões em que desejam atuar, tanto as regionais, como as permanentes. E também estabelecer uma estratégia para a organização das comissões.

Por fim, coloca-se em votação as disposições gerais, dentro das regras da votação. Em não tendo manifestações, fica finalmente aprovado o regimento interno da gestão 2022-2024 do COMUSAN-SP.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 37º: Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidas pelo Pleno do COMUSAN-SP em observância ao estabelecido neste Regimento.

Artigo 38º: Sempre que se fizer necessário, poderá o COMUSAN-SP solicitar aos órgãos e instituições da Administração Pública Municipal dados, informações e colaboração para o desenvolvimento de suas atividades, inclusive no âmbito jurídico.

Artigo 39º: A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho proporcionará ao COMUSAN-SP, as condições para o seu pleno e regular funcionamento em todas suas instâncias (Plenárias, Conferências, Comissões Regionais, Comissões Permanentes, Grupos de Trabalho, Observatório de SAN e eventos) e lhe dará o suporte técnico-administrativo, tecnológico e financeiro necessário, considerando que a realização de atividades de forma híbrida (presencial e virtual) vem se tornando usual, sem prejuízo de colaborações dos demais órgãos e instituições nele representados

Parágrafo 1º: A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho indicará suporte administrativo para garantir o funcionamento operacional do COMUSAN-SP, bem como sala específica para uso do COMUSAN-SP com estrutura para desenvolvimento de pesquisa, produção e guarda de documentos técnicos, materiais e acervo relacionado ao tema de SAN e às atividades do conselho.

Artigo 40º: As despesas decorrentes das atividades do COMUSAN-SP correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Artigo 41º: Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 42º: O presente Regimento Interno entrará em vigor na data da sua publicação em Diário Oficial do Município, só podendo ser modificado por quorum qualificado de 2/3 dos membros do COMUSAN-SP ou em sua Conferência Municipal.

A presidente Vera pede desculpas por não ter feito dimensionamento inadequado do tempo, pois tínhamos pensado em iniciar o nosso processo de planejamento, mas acabou não dando. As comissões regionais tomaram muito tempo da nossa discussão. Mas, considera que foi bom construir junto. Reforça a indicação da reunião extraordinária no dia 30/06 e pede que todos/os se programem. Faz votos de que todo mundo que pegou a COVID-19 consiga se recuperar bem.

Agradece a colaboração inestimável da conselheira Camila na condução dos registros e acompanhamento do chat, lembrando que o formato híbrido exige muitas outras habilidades e atenção.

Agradece de coração a participação e colaboração de todas/os e conclama à participação no dia 30/06, com a participação nos lanches, por conta do tempo de deslocamento de quem estará presencialmente. Então, por enquanto, a gente está fazendo esse papel como conselheiro aí também, de garantir a segurança alimentar, conexão com os conselheiros e conselheiras que participam.

Abre-se a palavra para as considerações finais. A conselheira Angélica comenta que quem está em casa não sabe quantas pessoas estão no presencial, e que seria importante saber.

Vera informa que temos 10 pessoas.

Angélica agradece imensamente essas pessoas estarem dispostas a estar presencialmente, atendendo a um pedido nosso. Eu, apesar de estar, eu estou em viagem e queria justificar para os demais conselheiros. Por isso que eu não estou aí presencialmente, mas o quanto o que é importante, e retomando as nossas ações no presencial, na medida do possível. E reforça o que a Vera falou vão se cuidando, se protegendo e máscara e álcool em gel. Todos os cuidados nos fortalecem, porque nós vamos ter muito trabalho aí pelo próximo período. Mas, que nós tenhamos consciência dessa coisa de estar se cuidando, cuidando dos nossos. Um beijo a todos. Muito obrigada.

Aloísio Áreas
RF: 754.453.7
Secretário Executivo

Vera Helena Lessa Villela
Presidente